



Número: **1001883-57.2015.4.01.3400**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **14ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **23/03/2015**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Abuso de Poder**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA TOLENTINO (IMPETRANTE)		ADRIANO DE SOUZA CARDOSO (ADVOGADO)	
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS (IMPETRADO)			
Coord.Geral de Licitações e Contratos do INSS (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
167102	12/08/2015 13:52	Sentença Tipo A	Sentença Tipo A

Processo nº : 1001883-57.2015.4.01.3400
Classe : 2100 - Mandado de Segurança
Impetrante : Paulo Henrique de Almeida Tolentino
Impetrado : Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos do Instituto Nacional de Seguro Social

S e n t e n ç a - Tipo “A”

I. Relatório

Trata-se de mandado de segurança, impetrado por **Paulo Henrique de Almeida Tolentino** contra o **Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos do Instituto Nacional de Seguro Social**, objetivando seja declarada a ilegalidade do critério maior desconto adotado no Edital de Pregão Eletrônico nº 07/2015 do INSS, assim como a ilegalidade de todas as disposições contidas no item 5.1 do inciso I do Termo de Referência (Anexo I) do mesmo edital.

A liminar foi deferida em parte (fls. 120-121).

A Autoridade Impetrada prestou informações. (fls.130-133)

O INSS interpôs Agravo de Instrumento que se encontra pendente de análise do pedido de tutela recursal. (fls. 135-146)

O Ministério Público Federal opinou pela concessão parcial da segurança. (fls. 149-151).

É o relatório.

II. Fundamentação

A lide neste mandado de segurança foi devidamente decidida pelo ilustre Juiz Federal Substituto Renato Coelho Borelli, conforme decisão liminar de fls. 120-121, cujos fundamentos adoto como razão de decidir, *verbis*:

“Em que pesem as alegações vertidas na inicial, o fato é que a Lei nº 11.481/2007, sobre alienação de bens do fundo ao tratar de forma



específica do Regime Geral de Previdência, estabeleceu que **a comissão do Leiloeiro Oficial será de até 5% (cinco por cento) do valor da arrematação**, por isso que **não** se aplica o Decreto-Lei nº 21.981/1932, que trata da profissão de Leiloeiro Público, nessa parte específica. Com efeito, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior (art. 2º, § 2º da LICC – Lei de Introdução ao Código Civil), ou seja, a lei anterior não é revogada, mas a especificidade da nova lei se aplica.

Portanto, na parte quanto à ilegalidade do critério de habilitação e classificação pelo maior desconto da taxa de comissão, a liminar não procede.

Quanto à questão relativa à divulgação do leilão em jornal de grande circulação, bem assim dos demais meios de publicidades impressos ou digitais, dos leilões, que, nos termos do item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I – fls. 40), ficam a cargo do Leiloeiro Oficial sem qualquer ônus para o INSS, tem-se que tal previsão está em desacordo com o art. 42, §2º, do DL nº 21.981/32 (norma não suspensa por outra específica), segundo o qual as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões correm por conta da parte vendedora, verbis:

“Art. 42. Nas vendas de bens moveis ou imóveis pertencentes à União e aos Estados e municípios, os leiloeiros funcionarão por distribuição rigorosa de escala de antiguidade, a começar pelo mais antigo.

(...)

§ 2º Nas vendas acima referidas os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, correndo as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões por conta da parte vendedora.” (sem grifos no original).

Assim, o pleito liminar deve ser acolhido apenas em parte.

Pelo exposto, **DEFIRO, em parte, a liminar**, apenas e tão somente para afastar a obrigatoriedade dos Impetrantes quanto às regras de publicidade do leilão descritas no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico 07/2015.”

Ante o exposto, no caso em tela, a decisão liminar deve ser confirmada e a segurança merece ser parcialmente concedida.

III. Decisão

Pelo exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA** para, confirmando a decisão liminar, declarar a ilegalidade e afastar a obrigatoriedade dos Impetrantes quanto às regras de publicidade do leilão descritas no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico 07/2015.

Custas ex lege.



Sem honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº. 12.016/2009).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Oficie-se ao Eminentíssimo Relator do Agravo de Instrumento nº 1000616-65.2015.4.01.0000, encaminhando cópia da presente decisão.

Oportunamente, arquivem-se.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Juiz Federal Substituto

Eduardo Santos da Rocha Penteado

